



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLID.
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Ativo						Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	8.175	17	54.980	271.356	Fornecedores	10	4	30	51.352	46.101
Aplicações financeiras vinculadas	3.b	-	-	15.742	8.658	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	-
Contas a receber	4	-	-	42.616	29.677	Débitos	12	-	-	73.415	70.078
Estoques	-	-	-	9.050	5.318	Tributos a recolher	-	1.243	-	7.926	5.162
Tributos a recuperar	5.a	379	-	10.945	4.966	Obrigações com empregados e administradores	-	-	-	12.486	8.930
Adiantamentos de fornecedores	-	-	22	5.785	9.857	Credor pela concessão	15	-	-	1.667	1.377
Partes relacionadas	6	-	-	390	8	Partes relacionadas	6	-	-	311	237
Dividendos a Receber	6	3.055	3.055	-	-	- Receita acessória antecipada	-	-	-	11.261	8.647
Outros ativos	-	-	-	23	6	Passivo de arrendamento	19	-	-	3.113	-
Total do ativo circulante	-	11.609	3.094	139.531	329.846	Provisão para manutenção	17	-	-	97.146	97.759
Não Circulante						Contas a pagar pela aquisição de investida	14	-	-	70.530	58.550
Tributos a recuperar	5.a	-	-	6	-	Dividendos a Pagar	-	-	-	-	-
Impostos diferidos ativos	5.b	-	-	427.300	400.845	Outros	-	-	-	282	566
Partes relacionadas	6	-	918.320	-	918.320	Total do passivo circulante	-	1.247	30	329.488	299.891
Depósitos judiciais	16	-	-	15.705	17.049	Não Circulante					
Outros	-	-	9	-	-	Passivo de arrendamento	19	-	-	2.633	3.973
Imobilizado	7	-	-	38.722	36.241	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	-
Intangível	8	-	-	2.477.233	2.248.802	Débitos	12	-	-	1.175.664	1.689.150
Infraestrutura em construção	8	-	-	78.716	78.049	Ações preferências resgatáveis	11	-	-	752.920	-
Investimento	9	632.714	1.786.053	-	-	Dividendos a pagar	6	3.055	3.055	3.055	3.055
Total do ativo não circulante	-	632.714	2.704.373	3.037.691	3.699.315	Partes relacionadas	6	-	918.320	356	-
						Provisão para riscos processuais	16	-	-	104.461	86.072
						Receita acessória antecipada	17	-	-	34.177	36.014
						Provisão para manutenção	18	-	-	15.035	17.513
						Tributos diferidos	5.b	-	-	48.882	48.882
						Contas a pagar pela aquisição de investida	14	-	-	70.530	58.549
						Total do passivo não circulante	-	3.055	921.375	2.207.713	1.943.208
						Patrimônio Líquido	20	-	-	-	-
						Capital social	662.801	1.633.001	662.801	1.633.001	1.633.001
						Avanço patrimonial	-	(51.981)	-	(51.981)	-
						Reserva legal	16.107	16.107	16.107	16.107	16.107
						Reserva de retenção de lucros	-	-	188.935	-	188.935
						Prejuízos acumulados	(38.886)	-	(38.886)	-	-
						Total do patrimônio líquido	640.022	1.786.062	640.022	1.786.062	1.786.062
Total do Ativo		644.324	2.707.467	3.177.223	4.029.161	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	644.324	2.707.467	3.177.223	4.029.161	4.029.161

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de lucros				
	Nota	Subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 - Reapresentado		1.633.001	16.107	302.442	(66.377)	-
Reconhecimento do ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	(24.802)	-
Ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	39.298	(39.298)
Absorção de prejuízo com a reserva de retenção de lucros		-	-	(113.609)	-	113.609
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(74.311)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		1.633.001	16.107	188.833	(51.881)	-
Redução de capital	20.a	(970.201)	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	20.a	-	-	-	51.881	(26.110)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(201.609)
Absorção de prejuízo com a reserva de retenção de lucros		-	-	(188.833)	-	188.833
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		662.801	16.107	-	(38.866)	640.022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA: A Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. ("IBH" ou "IBH VI") é uma *holding* controladora de sociedade por ações de capital fechado, constituída em 01 de novembro de 2019 que tem como objetivo a participação em outras sociedades, como sócia ou controladora, de empresas que tenham como atividade principal a exploração de infraestrutura. A Infraestrutura Brasil Holding II S.A. ("IBH II"). A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia é localizada na Avenida Isma Marar 2-200 em Bauri, Estado de São Paulo. A IBH VI é controlada diretamente pelo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações. A operação tem como objetivo a participação em outras sociedades, como sócia ou controladora, de empresas que tenham como atividade principal a exploração de infraestrutura no setor de energia. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia, sua controlada ("Companhia"), 1.2 RELACÃO DE ENTIDADES CONTROLADA E CONTROLADAS EM CONJUNTO

		Participação acionária %	
	Participação	2022	2021
CART (a)	Controlada indireta	100	100
IBH I (b)	Controlada em conjunto	24	-
IBH II (c)	Controlada	100	100

(a) CONcessionária ATO RAPOSA TAVARES S.A. ("ART"): O objeto da concessão compreende o sistema de execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não pagos por tarifas de pedágio reajustadas anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacionalizado de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovada pelas Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP), que podem adotar atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido abrange edificações, instalações e equipamentos nas condutas, compreendendo: I, SP-270; Rodovias Rapolos de Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; fim do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II, SP-225: início do trecho no Km 550+000, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; fim do trecho no Km 900+000, no entroncamento com a SP-225, Km 371+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153/SP, Km 338+361, Ourinhos. A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo decorre do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciará com uma praça pagadora de pedágio existente na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009, com três novas praças pagadoras iniciando a operação, em 19 de março de 2010, em 25 de novembro de 2010, com duas praças pagadoras de pedágio e dezessete novas praças iniciando a operação, desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a exploração do sistema rodoviário, ART terá direito à indenização correspondente ao saldo não pago por tarifas de pedágio, devendo ser revertida para o Poder Concedente. A autorização para a ART autorizará pelo Poder Concedente, tenha ou não, dentro dos próximos cinco anos, o prazo de concessão.

TERMO ADITIVO MODIFICADO: Da data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objetivo a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos contratos, bem como, ainda seja, a aplicação de uma taxa de juros de 12% ao ano, equivalente ao índice econômico-financeiro, para o período de 2021 a 2022. A Concessão, em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas mencionado acima, dar-se-á mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente, nos termos do TAM, nas contas bancárias a serem indicadas pela concessionária. Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022. (b) IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES (IBH I): Em ata de reunião de conselho de 27 de setembro de 2022 foi aprovado ao concessão em sua totalidade da participação acionária da Infraestrutura Brasil Holding II S.A. (IBH II) na concessão de 100% da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. A IBH I cedeu as ações de 12,00% (doze por cento) acções ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para a IBH VI. Desta forma a IBH I passou a ser controlada em conjunto da IBH VI na referida data. A IBH I tem por objeto social (i) a prestação de serviços de operação e administração, direta ou indiretamente no país ou no exterior, de rodovias, vias urbanas, estradas; (ii) a prestação de serviço de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão entre outros no setor de rodovias; (iii) prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, contabilidade e outros; (iv) a participação em outras sociedades, como colista ou acionista, no país ou no exterior; e (v) a participação em outras sociedades, como colista ou acionista, no país ou no exterior; e (vi) a participação em outras sociedades, como colista ou acionista, no país ou no exterior. (c) IBH II: A Infraestrutura Brasil Holding II S.A. é uma holding controladora da Concessionária Autoraposo Tavares S.A. (CART) do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04/20 da Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. Dessa forma, a CART é controlada indireta pela IBH VI. Em 21 de dezembro de 2022 foi aprovado em de Assembleia Geral Extraordinária a criação de ações preferenciais resgatáveis e sem valor nominal de emissão da IBH II assim como o aumento de capital social. Nesta data, foi aprovada a emissão de 126.161 (cento e vinte e seis mil e sessenta e uma) ações ordinárias, quantas quantas oitenta e nove mil e setecentas e sessenta e sete ações ordinárias escrituras e sem valor nominal ao preço de R\$ 5.944.755 por ação preferencial, totalizando um preço de emissão de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta mil reais) de real). A totalidade das ações preferenciais emitidas são totalmente subscritas pelo Itaú Unibanco S.A. ou a qual ora ingressa no quadro acionário da IBH II, conforme exposto na nota explicativa nº11.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

[illegible]

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	21	-	-	923.665	581.038
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(794.431)	(423.922)
Lucro Bruto				129.234	157.114
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(16.602)	(81)	(113.349)	(52.320)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	22	(98)	-	9.472	490
Resultado de equivalência patrimonial	9	(185.965)	(74.230)	-	-
Resultado Operacional		(202.665)	(74.311)	25.357	105.284
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	23	1.687	1	54.204	55.932
Despesas financeiras	23	(631)	(1)	(307.679)	(267.218)
		1.056	-	(253.475)	(211.286)
(Prejuízo) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(201.609)	(74.311)	(228.118)	(106.002)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.b	-	-	26.510	31.691
Resultado do Exercício		(201.609)	(74.311)	(201.609)	(74.311)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	24	(0.209)	(0.045)	(0.209)	(0.045)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do Exercício	(201.609)	(74.311)	(201.609)	(74.311)
Ajuste de avaliação patrimonial		(24.802)		(24.802)
Outros Resultados Abrangentes		(24.802)		(24.802)
Resultado Abrangente Total do Exercício	(201.609)	(99.113)	(201.609)	(99.113)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Resultado do exercício		(201.609)	(74.311)	(201.609)	(74.311)
Ajustes:					
Resultado de equivalência patrimonial	9	185.965	74.230	-	-
Ganho na compra de investimento		442	-	97	2.642
Depreciação e amortização	22	-	-	176.612	132.343
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	-	585	520
Provisão para manutenção	-	-	-	95.693	28.425
Provisão de fornecedores	-	-	-	(12.441)	-
Provisão para riscos processuais, líquidos	-	-	-	18.388	3.07
Variações monetárias e encargos, líquidos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	269.941	237.978
Juros sobre contrato de arrendamento	19	-	-	3.507	244
Custo de captação amortizado das debêntures	-	-	-	10.094	12.391
Impostos diferidos	5.b	-	-	(26.510)	(31.691)
Ajuste a valor presente de contas a receber (Aumento) redução nos ativos operacionais: Contas a receber	23	-	-	(26.110)	(39.298)
Estoques	-	-	-	(12.939)	(2.484)
Tributos a recuperar	(380)	-	-	(3.732)	(3.314)
Adiantamentos de fornecedores	22	(20)	-	(5.985)	(3.742)
Depósitos judiciais	-	-	-	4.328	(5.353)
Partes relacionadas	-	-	-	1.344	2.588
Outros ativos	-	-	-	(19)	(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores	-	-	-	(25)	(26.168)
Obrigações com empregados e administradores	(26)	-	-	2	(78.997)
Tributos a recolher	1.244	(1)	-	2.888	840
Partes relacionadas	-	-	-	(124)	14.462
IRPJ e CSLL pagos no período	-	-	-	(124)	-
Receita acessória antecipada	-	-	-	777	(911)
Pagamento de outorga variável	-	-	-	290	220
Consumo da provisão para manutenção	-	-	-	(98.785)	-
Outras obrigações e contas a pagar	-	-	-	23	7.534
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	19	-	-	(812)	(244)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(242.213)	(115.197)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(14.342)	(77)	(48.627)	73.396	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de imobilizado	27.a	-	-	(7.121)	(31.421)
Aquisição de intangível	27.b	-	-	(356.151)	(130.235)
Aplicações financeiras	-	-	-	(7.084)	74.450
Aquisição de investimento	-	-	-	(145.000)	(85.712)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	-	(515.362)	(172.918)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Integralização de capital	-	-	-	-	12
Aumento e/ou Redução de capital	62.000	-	-	145.000	85.700
Ações preferenciais resgatáveis	11	-	-	750.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(39.500)	-	-	-	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	27.c	-	-	(545.051)	(1.303.502)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	27.d	-	-	-	1.211.420
Pagamento de passivo de arrendamento	19	-	-	(2.337)	(1.140)
Catção de notas promissórias	13	-	-	750.000	100.000
Pagamento de notas promissórias	13	-	-	(750.000)	(100.000)
Atualização captação debêntures	-	-	-	-	1.279
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	22.500	-	-	347.612	(5.231)
Aumento Líquido no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.158	(77)	(216.376)	(104.813)	(104.813)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	17	93	271.356	376.186	376.186
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.175	17	54.980	271.356	271.356
Aumento Líquido no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.158	(77)	(216.376)	(104.813)	(104.813)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que seus tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das provisões para impostos diferidos for insuficiente para reconhecer a reversão esperada no período, serão considerados os lucros tributáveis futuros ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Impostos diferidos são calculados com base nas alquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. Os ativos e passivos fiscais diferidos são avaliados com base no valor presente líquido das diferenças temporárias esperadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são utilizados nas mesmas práticas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, à taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. 2.8. Imobilizado **Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução do valor recuperável *"impairment"*. O custo histórico inclui os custos de aquisição, incluindo custos de transporte e instalação, e custos de preparação para uso. O valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado de concessão, quando incorridos. Depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos ao longo de sua vida útil estimada dos itens, de acordo com o prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 07 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A depreciação é reconhecida no balanço. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 2.9. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indicio de que tais ativos sofrerem perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. O tratamento de concessão, incluindo a possibilidade de transferência de uma concessão para outro usuário, mas o mesmo usuário, seus ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, no mínimo, o risco inerente ao ativo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado de UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da fonte de financiamento, o custo médio ponderado de capital, determinado com base no custo médio do montante recuperável do ativo ou UGC calculado por menor que seu valor contábil, e é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido anteriormente anulada a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.10. Intangível: O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços de manutenção de infraestrutura, quando o contrato de concessão de serviços de manutenção de ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível é determinada com base no prazo de concessão, considerando o período de tempo pelo qual o cobor o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 08 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 2.11. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. 2.12. Contas a receber: São obrigações a receber de clientes, sendo mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.12. Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.13. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, considerando o risco de não recebimento dos fluxos de caixa futuros devido ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 2.14. Provisão para manutenção: Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis prestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método da taxa efetiva de juros. 2.15. Provisão para indenização: Representa a provisão para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2022 (idêntico em base na data de vencimento de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão. 2.15. Provisão para riscos processuais: O Grupo reconhece provisão para causas trabalhistas, civis, regulatórias e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a natureza e o impacto potencial das causas, a possibilidade de sucesso ou falha, a importância da causa, a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais 2.16. Debentures a pagar: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. 2.17. Custos de aquisição: Os custos de aquisição são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 2.17. Custos com empréstimos e debentures: Os custos com empréstimos e debentures atribuíveis à aquisição, construção



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publegal.diariodenoticias.com.br/>



Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.

CNPJ/ME nº 35.378.705/0001-21

ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até a finalização dos projetos, estão reformados no custo de aquisição de tais ativos, os quais são destinados ao uso. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. 2.18. Instrumentos Financeiros Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida ou ao VJR - valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 não há instrumentos classificados como VJORA. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao principal e ao valor pago pelo contrato. Além disso, o ativo financeiro é mensurado de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado do contrato. Além disso, a relação entre o valor financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O Ativos financeiros a VJR resultado líquido é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Desreconhecimento Ativos financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • O Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo reconhece as transações em que transfere ativos financeiros com reconhecimento patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que o novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pela caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Reforma da taxa de juros: Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. A reforma da taxa de juros de referência também se aplica às políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.19. Resultado básico e diluído por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade de ações em circulação ordinárias e preferenciais no período de referência respectivo período. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. 2.20. Reconhecimento de receita - a) Receitas de serviços: As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. b) Receitas de construção: O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços segundo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICP 01 (R2) - contrato de concessão (IFRIC 12). A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com o reconhecimento do reconhecimento do reconhecimento do reconhecimento proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. 2.21. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e reconhecimentos, debêntures e passivo com juros, pela qual o Grupo recebe o valor principal e a despesa de juros. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. 2.22. Informação por segmento: Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como operações de infraestrutura, operações de logística e operações de construção. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. 2.23. Benefícios aos empregados: O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência. Um plano de contribuição, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência, paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida foram descontinuadas devido a mudança do controle acionário. a) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja realizado. O Grupo não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. 2.24. Capital ordinários: Custos de aquisição diretamente atribuíveis a emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12. b) Ações preferenciais: As ações preferenciais resgatáveis do Grupo são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado do exercício. As ações preferenciais não-discricionárias são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois as normas não foram classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o controle de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária Na data de início do arrendamento, a o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo - assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a o Grupo reconhece no resultado do exercício o impacto de tais mudanças. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança de uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício. 2.26. Mudanças nas políticas pronunciamentos contábeis: O Grupo não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência. 2.27. Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados



e uma mil, quinhentas e trinta e oito) novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 5,9447505 por ação preferencial, totalizando um preço de emissão de R\$ 750.000. A totalidade das ações preferenciais emitidas foram totalmente subscritas pelo Iliad Unibanco S.A o qual ora ingressou no quadro acionário da IBH II. As ações preferenciais possuem classes diferentes, conforme cronograma de resgate abaixo:

Classes das Ações Preferenciais	Quantidade de Ações Preferenciais	Data de Resgate
A	9.367.494	30 de abril de 2025
B	9.367.494	30 de outubro de 2025
C	6.055.754	30 de abril de 2026
D	6.055.754	30 de outubro de 2026
E	8.452.823	30 de abril de 2030
F	8.452.823	30 de outubro de 2030
G	12.616.154	30 de abril de 2031
H	12.616.154	30 de outubro de 2031
I	12.237.669	30 de abril de 2032
J	12.237.669	30 de outubro de 2032
K	14.350.875	30 de abril de 2033
L	14.350.875	30 de outubro de 2033

As ações preferenciais terão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela IBH II de acordo com o seguinte critério: prioridade no recebimento de dividendos semestrais fixos, prioritários cumulativos e obrigatórios, cálculos com base em taxa de retorno equivalente a 100% da taxa média diária de depósitos interbancários com base em 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A acrescido de 1,20% ao ano. As ações preferenciais gozam de prioridade em relação a qualquer pagamento de proventos ou distribuição da IBH II para os titulares de ações ordinárias e/ou outras classes de ações preferenciais que venham a ser emitida pela IBH II.

12. DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

	31/12/2021	Cap-tação	Custo de captação amort- tizado	Consolidado		Vari- ação mo- ne- tária	Transfe- rências	31/12/2021
				Prin- cipal	Atua- liza- ção Monetária			
Passivo circulante								
Debêntures								
(b)	77.830	-	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724
Custos a amortizar								
(b)	(7.752)	7.795	-	-	-	-	(7.860)	(7.817)
Total	70.078	7.795	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724
Passivo não circulante								
Debêntures								
(a)	509.589	-	-	(500.000)	-	(46.266)	36.677	-
Debêntures								
(b)	1.265.072	-	-	-	-	-	-	70.436
Custos a amortizar								
(a)	(3.187)	3.187	-	-	-	-	-	(84.492)
Custos a amortizar								
(b)	(82.324)	(888)	-	-	-	-	7.860	(75.352)
Total	1.689.150	(888)	3.187	(500.000)	(46.266)	36.677	70.436	1.175.664
Total geral	1.759.228	3.907	3.187	(545.051)	(32.254)	(148.726)	128.626	1.759.228
Circulante	70.078	-	-	-	-	-	145	73.415
Não circulante	1.689.150	-	-	-	-	-	1.175.664	-

	31/12/2020	Cap-tação	Custo de captação amort- tizado	Consolidado		Vari- ação mo- ne- tária	Transfe- rências	31/12/2021
				Prin- cipal	Juros			
Passivo circulante								
Debêntures (a)	352.085	-	-	(350.000)	(22.284)	20.199	-	-
Debêntures (b)	135.277	2.625	-	(500.112)	(57.521)	67.953	10.456	757.732
Custos a amortizar (a)	(4.454)	-	4.599	-	-	-	-	(145)
Custos a amortizar (b)	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	(7.477)
Total	474.841	2.625	12.391	(850.112)	(79.805)	88.152	10.456	750.110
Passivo não circulante								
Debêntures (a)	-	-	-	500.000	-	9.589	-	509.589
Debêntures (b)	875.925	1.047.375	-	-	-	-	99.504	(757.732)
Custos a amortizar (a)	-	-	(3.332)	-	-	-	-	145
Custos a amortizar (b)	(18.863)	-	(71.138)	-	-	-	-	7.477
Total	857.262	1.547.375	(74.470)	-	9.589	99.504	(750.110)	1.689.150
Total geral	1.332.103	1.550.000	(62.079)	(850.112)	(79.805)	97.741	109.960	1.759.228
Circulante	474.841	-	-	-	-	-	-	70.078
Não circulante	857.262	-	-	-	-	-	-	1.689.150

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2022
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	(83.169)
(-) Custos de transação - Debêntures				(83.169)
Total				1.249.078
Parcelas do circulante				73.415
Parcelas do não circulante				1.175.664

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2021
Debenturistas - Série 1 (a)	CDI	3,00% a.a.	26/10/2023	509.589
Debenturistas - Série 1 (b)	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas - Série 2 (b)	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas - Série 3 (b)	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533
(-) Custos de transação - Debêntures (a)				(90.076)
(-) Custos de transação - Debêntures (b)				(90.076)
Total				1.759.228
Parcelas do circulante				70.078
Parcelas do não circulante				1.689.150

a) Debêntures - IBH II - Debêntures - 2ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Controlada, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, em até duas (duas) séries, as quais serão objetivo de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instituição da Comissão de Valores Mobiliários - "CVM" nº 476, de 16 de janeiro de 2019 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis às debêntures, "Emissão" e "Oferta", respectivamente) mediante da escritura particular da 2ª Emissão Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 02 (duas) Séries para Distribuição Pública com esforços restritos da Infraestrutura Brasil Holding II S.A., entre a Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Foram emitidas 500.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$ 500.000. A emissão se deu em série única, podendo se desdobrar em duas séries, limitado ao valor da emissão. Sobre os valores das Debentures incidirão juros de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, expostas na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de sobretaxa expressa (spread) equivalente de 3,00% ao ano. As debêntures tem o prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 26 de outubro de 2023, e foram liquidadas em sua totalidade em 30 de junho de 2022. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$33.332 foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Debêntures - CART - Debêntures - 1ª e 2ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures. As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 3.355 (R\$ 5.033 em 31 de dezembro de 2021). As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART. Debêntures - 3ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única. As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de Bookbuilding, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: i) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento Bookbuilding, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 79.908 (R\$ 85.033 em 31 de dezembro de 2021). As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (rating), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures. Cláusulas restritivas (convenientes): Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são: Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/ amortizações + (2) Juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos) > 1,2. (3) O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital). (4) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

13. NOTA PROMISSÓRIA (CONSOLIDADO)

	2021	Consolidado		2022
		Captação	Juros	
Passivo circulante				
Nota Promissória	-	750.000	(750.000)	(61.233)
Total	-	750.000	(750.000)	(61.233)

	2020	Consolidado		2021
		Captação	Juros	
Passivo circulante				
Nota Promissória	-	100.000	(100.000)	(313)
Total	-	100.000	(100.000)	(313)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2022, foi aprovada a realização da segunda emissão de notas promissórias em série única, para distribuição pública com esforços restritos, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09 e Instrução CVM nº 566/15. Foram emitidas 15 notas promissórias, com valor nominal de R\$ 50.000 totalizando R\$ 750.000. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,30% ao ano. As notas promissórias tinham seu vencimento de até 180 (cento e oitenta) dias corridos e foram quitadas em 23 de dezembro 2022.

14. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO DE INVESTIDA (CONSOLIDADO)

Referem-se ao saldo a pagar pela compra da CART, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora / Consolidado		2022
	2021	Atualização monetária	
CART	117.099	23.961	141.060
Circulante	58.550	-	70.530
Não circulante	58.549	-	70.530

	Controladora / Consolidado		2021
	2020	Atualização monetária	
CART	105.762	11.337	117.099

Circulante	-	-	58.550
Não circulante	105.762	-	58.549

O saldo remanescente no montante de R\$ 141.060 é atualizado pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o seu pagamento condicionado às cláusulas contratuais do instrumento de Compra e Venda entre a IBH II e a INVEPAR. Abaixo o cronograma de amortização:

Ano	Valor
2023	70.531
2024	52.897
2025	17.632
Total	141.060

15. CREDOR PELA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos: a) Investimentos: Os principais investimentos decorrentes da concessão são: i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; ii) Construção de postos de

pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios existentes; iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e redeação de interseções. b) Outorga fixa e variável: Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes: Outorga fixa: Valor fixo de R\$ 634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010. Outorga variável: Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 1,5% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela CART. O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.667 (R\$ 1.377 em 31 de dezembro de 2021). Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.620 (R\$ 14.021 em 31 de dezembro de 2021) referente à outorga variável. c) Garantias: A CART utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais: i) Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 47.835. Vigência mínima de 12 meses. ii) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 184.858.

16. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

A situação jurídica do Grupo engloba processos de natureza trabalhista e civil. A Administração, subsidiária na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Composição do risco:

Natureza do risco	Consolidado		
	2022	2021	2020
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	10.255	9.945	20.200
Cíveis	19.123	33.355	52.478
Tributária	-	1.000	1.000
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	39.290	114.017
Ambiental	356	7.171	7.527
Total	104.461	90.761	195.222

Natureza do risco	Consolidado		
	2021	2020	2019
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	12.427	17.287	29.714
Cíveis	6.983	25.211	32.194
Tributária	-	906	906
Procedimentos arbitrais	66.401	34.378	100.779
Ambiental	261	6.090	6.351
Total	86.072	83.872	169.944

(*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês. Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2022
Cíveis e ambientais	12.427	2.145	(6.889)	2.532	10.285
Procedimentos Arbitrais	66.401	19.316	(12.764)	18.477	76.487
Total	86.072	21.461	(19.653)	16.560	104.461

Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2021
Trabalhistas	9.210	5.908	(7.000)	12.427	10.285
Cíveis e ambientais	7.384	5.669	(8.802)	2.993	6.154
Procedimentos Arbitrais	66.260	34.378	-	390	100.779
Total	82.854	45.955	(15.802)	7.443	86.072

a) Riscos trabalhistas: O Grupo é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) Riscos cíveis: A Companhia e suas controladas são parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. c) Procedimento arbitral: Em 24 de fevereiro de 2017, a Companhia foi notificada para Instituição de Procedimento Arbitral em 29 de março de 2021, tendo como Requerente a Mediação e Arbitragem do Comércio do Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como partes a Companhia e a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis. Foi apresentada defesa por parte de sua controlada Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. juntamente com seus controlados, os quais perazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das partes apresentaram suas manifestações com pedidos de reconsideração, as quais foram indeferidas. Com tais indeferimentos, deu-se início a fase de liquidação da sentença arbitral parcial, com a apresentação, pelas partes, de seus cálculos liquidatórios, os quais encontram-se em fase de discussão. A Administração da CART, subsidiária na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 74.727 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 39.290 como possível e R\$ 73.514, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2022. d) Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	Consolidado	
	2022	2021
Trabalhistas	1.875	3.398
Cíveis	9.408	8.884
Tributária	889	849
Ambiental	34	32
Regulatório	399	3.886
Total	15.705	17.049

Depósitos Trabalhistas - Recurso Ordinário / Recurso de Revista: Tratam-se de recursos judiciais destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão). Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (espulsão) na condenação, garantindo assim parte da futura execução. Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 1.875 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.398). Depósitos Cíveis - garantia: Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entrarmos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora. Em 3



das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias. O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurador venha a sofrer pertencentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA (CONSOLIDADO)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e 8, foram adquiridos ativos imobilizados e intangível ao custo total de R\$ 12.418 e R\$ 394.733 a seguinte forma:

a) Imobilizado		
Custo com aquisição imobilizado	2022	2021
Saldo de fornecedor no fim do exercício	(12.418)	(33.349)
	5.297	1.928
	(7.121)	(31.421)
b) Intangível		
Custo com aquisição intangível	(394.733)	(145.983)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	38.577	15.748
	(356.156)	(130.235)

c) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Pagamentos	2022	2021
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(382.252)
Pagamento de debêntures	(545.051)	(850.112)
Custo de transação	(545.051)	(71.138)
	(545.051)	(1.303.502)
d) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Captações	2022	2021
Captação de debêntures	-	1.550.000
Arrolagem da dívida	-	(338.580)
	-	1.211.420

c) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Pagamentos	2022	2021
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(382.252)
Pagamento de debêntures	(545.051)	(850.112)
Custo de transação	(545.051)	(71.138)
	(545.051)	(1.303.502)
d) Empréstimos e financiamentos e debêntures - Captações	2022	2021
Captação de debêntures	-	1.550.000
Arrolagem da dívida	-	(338.580)
	-	1.211.420

A DIRETORIA

Gilson Carvalho - Diretor Financeiro/RI

Daniel Becker - Diretor

CONTADOR: Daniel Lavorini - Contador - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.** *Bauri - SP*

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de abril de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-02766/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF nº 19.082.784/0001-72									
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2022. A receita líquida atingiu R\$ 15.876 em 2022 e era de R\$ 13.817 em 2021. A Companhia apurou um prejuízo de R\$ 847 em 2022 ante um prejuízo de R\$ 2.330 no ano anterior, a redução do prejuízo decorre, substancialmente, do aumento na produção de energia em 2022, efeito do reconhecimento do <i>curtailment</i> no montante de R\$ 786 e a atualização pelo IPCA dos contratos de comercialização de energia. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era R\$ 36.084. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 06 de abril de 2023. A ADMINISTRAÇÃO									
Balanço Patrimonial					Demonstração dos fluxos de caixa				
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Circulante				Circulante				Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(176) (1.856)
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.118	5.368	Fornecedores	14	291	395	Ajustes de receitas e despesas	
Contas a receber	7	1.817	1.671	Partes relacionadas	10	9.023	9.839	Depreciação e amortização	4.030 4.011
Estoque	8	167	72	Tributos a pagar	15	423	358	Baixa de ativo imobilizado	471 186
Tributos a recuperar	9	552	390	Provisão de ressarcimento	16	14.424	9.332	Juros partes relacionadas	5.629 5.350
Partes relacionadas	10	6	3	Total do passivo circulante		24.161	19.924	Provisão e atualização financeira de ressarcimento	4.490 5.004
Despesas antecipadas			269	Não circulante				Atualização financeira de provisão de desmobilização	132 117
Outras contas a receber	11	95	7.775	Partes relacionadas	10	26.048	32.600	Variações nos ativos e passivos	
Total do ativo circulante		10.755	17.775	Provisão de ressarcimento	16	3.814	4.416	Contas a receber	(146) (137)
Não circulante				Provisão para desmobilização	16	734	1.439	Estoque	(95) (46)
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante		30.596	38.455	Tributos a recuperar	(140) (166)
Tributos a recuperar	9	139	161	Patrimônio líquido	17			Partes relacionadas	(220) 147
Depósitos judiciais	16	18	8	Capital social		40.081	36.081	Despesas antecipadas	2 (1)
Tributos diferidos	12	524	378	Prejuízos acumulados		(3.997)	(3.150)	Depósitos judiciais	(10) (8)
		681	547	Total do patrimônio líquido		36.084	32.931	Outras contas a receber	174 88
Imobilizado	13	79.396	82.988	Total do passivo e patrimônio líquido		90.841	91.310	Outras contas a pagar	3
Intangível								Fornecedores	(104) (204)
Total do ativo não circulante		80.086	83.535					Tributos a pagar	(109) (120)
Total do ativo		90.841	91.310					Caixa gerado nas operações	13.928 13.148
Demonstração do Resultado					Demonstração do Resultado Abrangente				
Receita líquida de vendas	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Prejuízo do exercício	31/12/2022	31/12/2021	Juros pagos a partes relacionadas	Imposto de renda e contribuição social pagos	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
Custo do serviço de energia elétrica	18	(8.455)	(8.272)	Outros componentes do resultado abrangente	(847)	(2.330)	(6.109)	(4.437)	7.176 7.839
Lucro bruto	19	7.421	5.545	Total do resultado abrangente	(847)	(2.330)	(643)	(488)	
Despesas gerais e administrativas	20	(1.346)	(1.255)						
Outros ganhos (perdas), líquidos	20	(472)	(186)	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Lucro operacional		5.603	4.104	Capital social					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					Capital social	Prejuízos acumulados	patrimônio líquido	Total do	
Resultado financeiro	21			Em 01 de janeiro de 2021	36.081	(820)	35.261	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.755) (582)
Receitas financeiras		543	157	Prejuízo do exercício	(2.330)	(2.330)		Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.755) (582)
Despesas financeiras		(6.322)	(6.117)	Em 31 de dezembro de 2021	36.081	(3.150)	32.931	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
		(5.779)	(5.960)	Prejuízo do exercício	(847)	(847)		Aumento de capital	4.000
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(176)	(1.856)	Em 31 de dezembro de 2022	40.081	(3.997)	36.084	Partes relacionadas - pagamento de cessão de recebíveis	(6.871) (5.319)
Imposto de renda e contribuição social		(671)	(474)					Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.671) (5.319)
Prejuízo do exercício		(847)	(2.330)	Aumento de capital (nota 1.2 (a))	4.000	4.000		Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.750 1.938
Prejuízo básico e diluído atribuído por lote de mil ações - R\$	17	(0,02)	(0,06)	Em 31 de dezembro de 2022	40.081	(3.997)	36.084	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.368 3.340
								Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.118 5.498
Notas Explicativas									
Informações gerais: Contexto operacional: A Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Santa Joana IX") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 3 de outubro de 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica, mediante a exploração do parque eólico Santa Joana IX, com 29,6 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí Holding S.A. ("Controladora") que é detentora de 100% das ações da Companhia. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A., que posteriormente foi cindida, venceu o Leilão de Energia de Reserva no 05/2013, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), expostas no edital Leilão no 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76. Em 27 de agosto de 2015 a Companhia entrou em operação comercial, em cumprimento ao contrato de Energia de Reserva assinado. A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:									
SPE					Portaria MME				
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. com contratos de <i>Power Purchase Agreement</i> ("PPA") com as seguintes características:					Portaria nº 122, de 24 de março de 2014				
Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano	Início	Termino			
Ventos de Santa Joana IX	Piauí	Marcolândia	29,60	138.408	Sentembro de 2015	Agosto de 2035			
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 06 de abril de 2023.									
Diretor: Daniel Pastro					Contador: Cristiano Pavane - CRC 1SP271178/O-8				
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no site: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/ . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 6 de abril de 2023, sem modificações.									

Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF nº 19.082.754/0001-66									
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2022. A receita líquida atingiu R\$ 17.230 em 2022 e era de R\$ 13.874 em 2021. A Companhia apurou um prejuízo de R\$ 742 em 2022 ante um prejuízo de R\$ 3.239 no ano anterior, a redução do prejuízo decorre, substancialmente, do aumento na produção de energia em 2022, efeito do reconhecimento do <i>curtailment</i> no montante de R\$ 786 e a atualização pelo IPCA dos contratos de comercialização de energia. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era R\$ 40.256. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 06 de abril de 2023. A ADMINISTRAÇÃO									
Balanço patrimonial					Demonstração dos fluxos de caixa				
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021		
Circulante				Circulante				Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.608	5.631	Fornecedores	14	490	314	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(69)
Contas a receber	7	1.872	1.722	Partes relacionadas	10	9.251	11.275	Ajustes de receitas e despesas	(2.760)
Estoque	8	294	218	Tributos a pagar	15	472	389	Depreciação	4.132
Tributos a recuperar	9	598	417	Provisão de ressarcimento	16	15.001	10.499	Variação de ativo imobilizado	2.189
Partes relacionadas	10	6	3	Total do passivo circulante		25.214	22.466	Juros partes relacionadas	5.800
Despesas antecipadas			28	Não circulante				Provisão e atualização financeira de ressarcimento	3.747
Outras contas a receber	11	1	277	Partes relacionadas	10	23.819	30.418	Atualização financeira de provisão de desmobilização	133
Total do ativo circulante		11.379	8.277	Provisão de ressarcimento	16	3.789	4.554	Variações nos ativos e passivos	
Não circulante				Provisão para desmobilização	16	734	1.439	Contas a receber	(150)
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante		28.342	36.410	Estoque	(175)
Tributos a recuperar	9	139	167	Total do passivo		53.556	58.876	Tributos a recuperar	(153)
Depósitos judiciais	16	18	8	Patrimônio líquido	17			Partes relacionadas	(1.259)
Tributos diferidos	12	539	417	Capital social		41.657	34.657	Despesas antecipadas	2
		696	592	Prejuízos acumulados		(1.401)	(659)	Depósitos judiciais	(10)
Imobilizado	13	81.737	84.005	Total do patrimônio líquido		40.256	33.998	Outras contas a receber	283
Total do ativo não circulante		82.433	84.597	Total do passivo e patrimônio líquido		93.812	92.874	Outras contas a pagar	(3)
Total do ativo		93.812	92.874					Fornecedores	176
Demonstração do resultado					Demonstração do resultado abrangente				
Receita líquida de vendas	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Prejuízo do exercício	31/12/2022	31/12/2021	Tributos a pagar		
Custo do serviço de energia elétrica	19	17.230	13.874	Outros componentes do resultado abrangente	(742)	(3.239)	(28)		
Lucro bruto	19	(8.226)	(8.677)	Total do resultado abrangente	(742)	(3.239)	Caixa gerado nas operações		
Despesas gerais e administrativas	20	(1.250)	(1.285)				Juros pagos a partes relacionadas		
Outros ganhos (perdas), líquidos	20	(1.713)	(545)				Imposto de renda e contribuição social pagos		
Lucro operacional		6.041	3.367				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Demonstração das mutações do patrimônio líquido					Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
Reservas de Lucros	Capital social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Prejuízos acumulados	patrimônio líquido	Total do	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Em 01 de janeiro de 2021	34.657	299	2.371	(209)	(2.371)	2.580	Aquisições de bens do ativo imobilizado		
Prejuízo do exercício	(3.239)	(3.239)		(659)	(659)	33.998	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Em 31 de dezembro de 2021	34.657	(209)	(2.371)	(742)	(742)	1.439	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Prejuízo do exercício	41.657	(1.401)	(1.401)	(1.401)	(1.401)	40.256	Aumento de capital		
Aumento de capital (nota 1.2 (a))	7.000	7.000					Partes relacionadas - pagamento de cessão de recebíveis		
Em 31 de dezembro de 2022	41.657	(1.401)	(1.401)	(1.401)	(1.401)	40.256	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		
							Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
							Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
							Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		